



Concurso Público para provimento de cargo de
Analista do Ministério Público Estadual
Área Contabilidade

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

Prova Escrita Objetiva

Conhecimentos Gerais

Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de área.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, entregue ao Fiscal da sala o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa/Redação Oficial**

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto seguinte.

Notícias municipais

Chegaram notícias de minha cidade natal. Um pouco antigas: têm quarenta anos e estão numa coleção de jornais velhos que me ofereceu um amigo, conterrâneo.

Começo a compreender a atitude de Machado de Assis, ao responder a alguém que lhe dizia serem feias certas casas do Rio: "São feias, mas são velhas". O prestígio da ancianidade, que não é aparente, velava a seus olhos a mesquinhez da arquitetura.

Assim me ponho a folhear com emoção estas páginas amarelcidas, temendo que se rasguem, porque a fibra do papel se gastou como fibra humana. Cheiram preciosamente a 1910, e embora ninguém tenha nada que ver com a infância do autor, eu direi que cheiram também a meninice, porque nelas se revê o menino daquele tempo, e o menino vai pelas ruas, sobe nas árvores, contempla longamente o perfil da serra, prova o gosto dos araçás, dos araticuns e dos bacuparis silvestres – tudo isso que o jornal não tem, mas que se desenrola do jornal como uma fita mágica.*

* **Araçás, araticuns e bacuparis** = frutas tropicais

(Adaptado de Carlos Drummond de Andrade, **Passeios na ilha**)

1. Nos dicionários, o sentido primeiro da palavra **notícia** é **nova**, ou **novidade**. No texto, o autor sugere que
- (A) as notícias mais surpreendentes fazem-nos esquecer de tudo o que é inapelavelmente antigo.
 - (B) dos tempos remotos podem surgir lembranças que emprestam atualidade ao passado.
 - (C) a oposição entre o que é novo e o que é antigo torna-se absoluta, quando lemos velhos documentos.
 - (D) há notícias antigas que parecem novas, sobretudo se associadas a velhas amarguras.
 - (E) as lembranças mais felizes de nosso passado fazem sombrias as notícias do presente.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. De acordo com o contexto, na frase "*São feias, mas são velhas*", a conjunção sublinhada tem o mesmo sentido de **dado que**.
 - II. Na frase *O prestígio da ancianidade, que não é aparente, velava a seus olhos a mesquinhez da arquitetura*, afirma-se, em relação a *certas casas do Rio*, que seu ar de velhice, aparentemente valorizada, não oculta a pobreza de sua arquitetura.
 - III. No 3º parágrafo, as páginas antigas do jornal são associadas, pela fragilidade de sua matéria, à fragilidade dos homens, também condenados ao envelhecimento.

Em relação ao texto, está correto **SOMENTE** o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Para o autor, as notícias que um velho conterrâneo lhe proveu, através de jornais velhos, fizeram-lhe compreender que Machado de Assis tinha razão, quando se tratam de valorizar as coisas antigas.
 - (B) Uma vez transposto para os velhos jornais, o autor reviveu lembranças afetivas do menino que já fora, quando então se pusera a subir nas árvores, com tantas frutas para se deliciarem.
 - (C) O autor admite que no passado ascende, por vezes, o valor de uma revelação, sobretudo quando, distantes da nossa meninice, dá-se o prazer em revivermos as sensações mais extintas.
 - (D) Se um jornal antigo não nos traz, propriamente, notícias, pode surgir como um canal de pulsantes lembranças, pelas quais se avivam os prazeres da nossa meninice.
 - (E) As frutas e os passeios, que tanto desfrutou em sua meninice, parecem vivos para o autor, conquanto ele tenha acesso aos jornais antigos que lhe cedeu um velho conterrâneo.

4. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Apresentaram-se ao autor, na coleção de jornais velhos, para muito além de uma vaga lembrança, as cenas vivas de sua infância.
 - (B) Os gostos e os perfumes do passado, aparentemente perdidos para sempre, revivem em páginas amareladas, cuja magia nos fascina.
 - (C) Já não se oferece ao nosso paladar, com a facilidade de antigamente, os prazeres das frutas frescas, apanhadas no pé.
 - (D) Deveu-se à coleção de jornais velhos, cedida pelo amigo, as vivas recordações que transportaram o autor ao tempo de sua meninice.
 - (E) Invoca-se, nesse texto, a propósito da velhice, as sábias palavras de Machado de Assis, para quem também o tempo mostra-se belo.



5. Deve ser **corrigida**, por falha estrutural, a redação da seguinte frase:
- (A) O autor mostra-se algo irônico, ao sugerir que lhe chegaram novidades por meio de uma coleção de jornais bastante velhos.
- (B) Alia-se o autor a Machado de Assis, quando este afirma haver em casas velhas uma beleza que não provém de sua arquitetura.
- (C) O autor informa que aqueles jornais são de 1910; deduz-se, pois, de acordo com o texto, que os recebeu de seu amigo por volta de 1950.
- (D) Nas páginas amareladas dos jornais, o autor reencontrou, como fitas que deles se desenrolassem, cenas e prazeres de sua infância.
- (E) Pondo-se a folhear, comovido, as páginas daqueles velhos jornais, uma vez que nelas reencontrou imagens que lhe pareciam perdidas.

6. São exemplos de uma mesma função sintática os elementos sublinhados em:
- (A) *Chegaram notícias de minha cidade natal e Começo a compreender a atitude de Machado de Assis.*
- (B) *me ponho a folhear estas páginas e velava a seus olhos a mesquinhez.*
- (C) *Cheiram preciosamente a 1910 e tudo isso que o jornal não tem.*
- (D) *nelas se revê o menino daquele tempo e estão numa coleção de jornais velhos.*
- (E) *o menino vai pelas ruas e prova o gosto dos araçás.*

Informática

7. Sobre arquivos e pastas no *Windows XP*, analise:
- I. As pastas podem conter subpastas. É possível criar quantas subpastas forem necessárias, desde que haja espaço livre suficiente no disco. Cada subpasta pode armazenar uma grande quantidade de arquivos e subpastas adicionais.
- II. Para mover um arquivo de uma pasta para outra, abre-se a pasta que contém o arquivo que se deseja mover, depois, em uma janela diferente, abre-se a pasta para onde se deseja mover o arquivo. Posicionam-se as janelas lado a lado na área de trabalho para ver o conteúdo de ambas. Em seguida, arrasta-se o arquivo da primeira pasta para a segunda.
- III. Quando se exclui um arquivo do *pen drive* ou disquete, por padrão, ele é armazenado temporariamente na lixeira para permitir que seja recuperado posteriormente.
- IV. Para que um arquivo excluído do disco rígido do computador seja armazenado temporariamente na lixeira, esse arquivo deve ser excluído utilizando, após selecioná-lo, as teclas *SHIFT + DELETE*.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

8. Devido ao pouco espaço disponível no disco rígido (HD) de seu computador, Paulo resolveu adicionar outro HD com capacidade de 540 GB. Após adicionar o novo disco, executou o procedimento para formatação, onde foi solicitado que selecionasse o sistema de arquivos desejado. Como utiliza o *Windows XP* e deseja armazenar inclusive seus arquivos de vídeo superiores a 4 GB (por arquivo), ele optou por selecionar o sistema de arquivos indicado pela *Microsoft* para sua versão do *Windows*, o
- (A) FAT.
- (B) FAT32.
- (C) NTFS.
- (D) ext2.
- (E) UDF.

9. Esse tipo de memória contém um padrão permanente de dados, que não pode ser mudado. Não é volátil, ou seja, nenhuma fonte de energia é necessária para manter os valores dos bits na memória. É possível ler o que tem nessa memória porém, não é possível escrever algo novo nela.
- A memória citada no texto acima é conhecida como
- (A) DRAM.
- (B) SDRAM.
- (C) Flash.
- (D) ROM.
- (E) Cache.

Atualidades

10. *Denúncias de fraudes em eleições parlamentares [04/12/2011] provocaram a maior onda de protestos contra o governo desde o fim do regime comunista em 1991. As manifestações reuniram milhares de pessoas na capital, e em outras dezenas de cidades. Manifestantes usaram a internet, celulares e redes sociais para disseminar informações sobre supostas irregularidades na votação. Isso foi possível devido ao maior contingente de pessoas com acesso a novas tecnologias.*
- (<http://educacao.uol.com.br/atualidades/>. Acessado em 15/12/2011)
- O fato político ocorreu na
- (A) Polônia.
- (B) Hungria.
- (C) Rússia.
- (D) Dinamarca.
- (E) Noruega.



11. Cerca de cem líderes já confirmaram presença na Rio+20, que será realizada em junho no Brasil. Cerca de 20 países já confirmaram que seus chefes de Estado não poderão comparecer e deverão enviar negociadores de "alto nível" como representantes. A expectativa é que o evento reúna tantos líderes quanto o seu antecessor, a Eco-92.

(<http://www.observadorpolitico.org.br/grupos/meioambiente/forum/topic/cem-lideres-ja-confirmaram-presenca-na-rio20/>. Adaptado)

Um dos temas fundamentais de debate na Rio+20 será

- (A) a redução das energias de risco, como a nuclear.
- (B) a erradicação da AIDS nas áreas mais pobres do mundo.
- (C) a criação de uma nova instituição que substituirá o FMI.
- (D) a geopolítica que envolve o terrorismo global.
- (E) o desenvolvimento sustentável.

12. Leia a notícia relacionada às relações internacionais do Brasil.

O Brasil comemorou [outubro de 2011], em uma nota da Chancelaria, a admissão da região como Estado pleno da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

"O governo Brasileiro felicita a região por sua admissão [na Unesco], primeira agência especializada do sistema das Nações Unidas que admitiu a região como membro pleno", diz em nota o Ministério das Relações Exteriores.

Depois de dar seu voto favorável à causa da região, a chancelaria brasileira felicitou

- (A) a Palestina.
- (B) o Curdistão.
- (C) a Chechênia.
- (D) a Caxemira.
- (E) Kosovo.

História do Rio Grande do Norte e Aspectos Geoeconômicos do Rio Grande do Norte

13. As oligarquias norte-rio-grandenses também se utilizavam da violência e das fraudes para vencer as eleições. Os líderes políticos estaduais ordenavam às lideranças municipais a utilização de atas falsas, o alistamento de eleitores mortos ou ausentes, a proibição do alistamento aos eleitores da oposição, etc. Utilizando-se desses artifícios, as oligarquias estaduais mantiveram-se no poder por mais de 30 anos, sem maiores sobressaltos, subvertendo o regime republicano (...).

(Sérgio Luiz Bezerra Trindade. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora do IFRN, 2010. p 162)

É correto afirmar que durante a República Velha, as oligarquias norte-rio-grandenses subvertiam o regime ao se utilizarem dos mecanismos a que o texto descreve, pois,

- (A) menosprezavam um dos elementos essenciais da democracia: a rotatividade do poder.
- (B) rechaçavam um dos princípios básicos da república: o unipartidarismo.
- (C) defendiam um dos pilares principais do nacionalismo: a autonomia política das províncias.
- (D) apoiavam um dos ideais básicos do anarquismo: a república de grandes proprietários.
- (E) contrariavam uma das bases fundamentais do liberalismo político: o sistema de eleição direta.

14. Observe a foto.



Getúlio Vargas e Franklin Delano Roosevelt em Natal em janeiro de 1943.

(<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Vargas-com-Roosevelt.jpg>)

No encontro entre os presidentes, retratado na foto acima, Brasil e Estados Unidos estreitaram relações e acordaram em construir um Quartel General que tornou o Rio Grande do Norte decisivo no processo da vitória aliada na Segunda Guerra Mundial pois,

- (A) assegurou a hegemonia política dos Estados Unidos sobre a navegação do Atlântico Norte que ficou permanentemente sob a fiscalização e o controle dos norte-americanos.
- (B) abalou o esforço despendido pelos alemães na América Latina que viram seu poderio militar enfraquecer durante a expansão na África Ocidental e no Nordeste brasileiro.
- (C) barrou a expansão alemã que pretendia dar um salto da África Ocidental à América do Sul, passando pelo Nordeste brasileiro, ocupado antes por tropas norte-americanas.
- (D) deteve principalmente as ameaças alemãs sobre os países da América Central, cuja produção petrolífera era vital para a economia dos países aliados, durante a guerra.
- (E) consistiu em uma manobra estratégica fundamental na luta contra o perigo do avanço do nazifascismo em países da América do Sul, economicamente empobrecidos pela guerra.

15. Considere as seguintes afirmações sobre as atividades agropecuárias do Rio Grande do Norte:

- I. Cerca de 85% dos estabelecimentos agropecuários do Rio Grande do Norte são ocupados pela agricultura familiar.
- II. A grande maioria da mão de obra no setor agrícola potiguar trabalha em grandes propriedades comerciais.
- III. Atualmente, a agricultura familiar é responsável pela maior parte do arroz, milho e mandioca produzidos no estado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.



**Legislação do Ministério Público do
Rio Grande do Norte**

16. O Procurador-Geral de Justiça representará a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, com prerrogativas e representação de Chefe de Poder nas solenidades, e será nomeado pelo Governador do Estado, dentre integrantes da carreira, em atividade, indicado em lista tríplice formada por seus membros, após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa. No que concerne à eleição para o mandato do Procurador-Geral de Justiça é correto afirmar:
- (A) O mandato do Procurador-Geral de Justiça terá início no dia 18 do mês de maio dos anos ímpares, ou no primeiro dia útil subsequente.
- (B) O mandato do Procurador-Geral de Justiça terá duração de dois anos, permitida duas reconduções.
- (C) São condições de elegibilidade para o cargo de Procurador-Geral de Justiça ter mais de trinta e cinco anos de idade, contar com, no mínimo, vinte anos de carreira no Ministério Público do Estado e estar no pleno exercício da atividade funcional nos noventa dias anteriores do pedido de inscrição.
- (D) Verificada a vacância nos últimos três meses do mandato, responde pelo expediente da Procuradoria Geral de Justiça o Procurador de Justiça mais antigo na carreira.
- (E) Serão incluídos na lista tríplice que será encaminhada ao Governador do Estado do Rio Grande do Norte os cinco candidatos mais votados, observando-se, sucessivamente para efeito de desempate, os critérios de idade mais avançada, maior tempo de carreira e maior tempo de serviço público.
-
17. Paulo, Promotor de Justiça da Comarca de Parnamirim (segunda entrância) e José, Promotor de Justiça da Comarca de Macaíba (segunda entrância), formularam requerimento de remoção de permuta subscrito por ambos ao Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Norte. Analise, nesse quadro, as seguintes situações hipotéticas:
- I. Paulo foi removido voluntariamente para a Comarca de Parnamirim três anos antes da apreciação deste novo pedido de remoção que formula juntamente com José.
- II. José está lotado há dez meses na Promotoria de Justiça da Comarca de Macaíba.
- III. Paulo está inscrito em concurso para promoção para Comarca de Natal (3ª Entrância).
- IV. José está a um ano e meio de atingir o limite da aposentadoria compulsória, completando 70 anos.
- O pedido veiculado pelos Promotores de Justiça NÃO será conhecido, dentre outras hipóteses, nas situações indicadas APENAS nos itens
- (A) I, II e IV.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

18. José, Servidor Público do Ministério Público do Rio Grande do Norte, ocupante de cargo efetivo na comarca de Mossoró, é removido, de ofício, por necessidade do serviço, para a cidade de Natal. Depois de um ano e dois meses trabalhando na nova sede José falece em um acidente de trânsito. Neste caso, a família do servidor José
- (A) não terá direito ao recebimento de ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, uma vez que o óbito ocorreu mais de um ano depois da remoção para a nova sede.
- (B) terá direito ao recebimento de ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de um ano, contado do óbito.
- (C) não terá direito ao recebimento de ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, por falta de previsão legal nesse sentido.
- (D) terá direito ao recebimento de ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo máximo de seis meses, contado do óbito.
- (E) terá direito ao recebimento de ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo máximo de dois anos contado do óbito.
-
19. No que concerne ao Regulamento para Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, instituído pela Portaria nº 825/2004, da Procuradoria Geral de Justiça do Rio Grande do Norte, o Procurador-Geral de Justiça instituirá a Comissão de Avaliação de Desempenho, para mandato de
- (A) dois anos, constituída de, pelo menos, um Procurador de Justiça, três Promotores de Justiça e dois Servidores Estáveis do Quadro de Pessoal do Ministério Público.
- (B) dois anos, constituída de, pelo menos, dois Procuradores de Justiça, dois Promotores de Justiça e um Servidor estável do Quadro de Pessoal do Ministério Público.
- (C) um ano, constituída de, pelo menos, dois Procuradores de Justiça, dois Promotores de Justiça e um Servidor estável do Quadro de Pessoal do Ministério Público.
- (D) dois anos, constituída de, pelo menos um Procurador de Justiça, um Promotor de Justiça e um Servidor estável do Quadro de Pessoal do Ministério Público.
- (E) um ano, constituída de, pelo menos, um Procurador de Justiça, um Promotor de Justiça e um Servidor estável do Quadro de Pessoal do Ministério Público.

Noções de Direito Administrativo

20. O Administrador Público, ao remover determinado Servidor Público, com o objetivo de vingança, viola, dentre outros, o princípio da
- (A) proporcionalidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) eficiência.
- (D) publicidade.
- (E) especialidade.



21. O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte ajuizou ação de improbidade administrativa contra Carlos e demais pessoas. Em sua defesa, Carlos alegou não ser parte legítima para figurar no polo passivo da ação, por não ser agente público. Vale salientar que Carlos exerce, sem remuneração e de forma transitória, função pública em determinada autarquia do mesmo Estado. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), Carlos

- (A) é considerado agente público, pois preenche todos os requisitos legais para tanto.
- (B) não é considerado agente público, uma vez que não recebe remuneração.
- (C) não é considerado agente público, haja vista a sua transitoriedade na função pública.
- (D) é considerado agente público, pois, embora não preencha fielmente os requisitos legais, é denominado agente público por equiparação.
- (E) não é considerado agente público, pois, para tanto, é necessário que se trate somente de detentor de cargo público.

22. O Estado do Rio Grande do Norte pretende realizar licitação na modalidade tomada de preços, do tipo "técnica e preço", para a futura celebração de contrato administrativo. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, o prazo mínimo entre a publicação do edital e o recebimento das propostas será de

- (A) 5 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 20 dias.
- (D) 45 dias.
- (E) 30 dias.

23. Segundo a Lei nº 8.666/93, no que concerne às garantias de execução dos contratos administrativos, está correto o que se afirma em:

- (A) A escolha da modalidade de garantia caberá ao ente público contratante, ou seja, caberá ao ente público optar por uma das modalidades de garantia.
- (B) As garantias podem abranger somente as seguintes modalidades: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública e seguro-garantia.
- (C) A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, não será atualizada monetariamente.
- (D) Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens.
- (E) No caso de rescisão contratual, ainda que por ato atribuído ao contratado, a Administração não poderá reter a garantia para ressarcir-se dos prejuízos e dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

Noções de Direito Constitucional

24. Tião é dono de uma pequena propriedade rural, onde ele e seus filhos, Pompeu e Pedro, plantam soja, sendo que dessa plantação retiram o sustento da família. Com o fim de desenvolver o negócio mediante o aumento do plantio, Tião obteve um empréstimo de cinco mil reais no Banco XYA, instituição privada. Entretanto, Tião não pagou o empréstimo e o referido Banco ingressou contra ele com a ação judicial no Poder Judiciário visando o recebimento do seu crédito e requereu ao Pacheco, Juiz de Direito competente, a penhora do referido imóvel para garantia da execução. Porém, de acordo com o art. 5º, XXVI, da Constituição Federal, a penhora da propriedade rural deverá ser

- (A) deferida por Pacheco, que permitirá a continuidade da exploração da plantação de soja pelo Tião.
- (B) indeferida por Pacheco.
- (C) deferida por Pacheco, que deixará sob a guarda do Banco credor a plantação de soja, que não poderá vender a safra para receber seu crédito.
- (D) deferida por Pacheco, que determinará que Tião destine a renda da colheita da soja para pagamento da dívida.
- (E) deferida por Pacheco, que deixará sob a guarda do Banco credor a plantação de soja, que poderá vender a safra para receber seu crédito.

25. Caio, chileno, que era natural do Chile, onde mantinha residência fixa, e, por força do trabalho, morava sozinho em Moscou (Rússia), faleceu em Paris (França), durante suas férias, deixando uma filha brasileira, Helena, que, em razão de bolsa de estudo, morava sozinha em Londres (Inglaterra). Caio era dono de apenas um bem, consistente no apartamento situado na Cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o art. 5º, XXXI, da Constituição Federal, a sucessão do único bem deixado por Caio será regulada, se for mais favorável, pela Lei

- (A) do Chile.
- (B) da Rússia.
- (C) do Brasil.
- (D) da França.
- (E) da Inglaterra.

26. Gilberto, integrante do grupo civil TKY, agiu contra a ordem constitucional do país no ano de 1970, sendo processado, julgado e condenado pela prática de crime, cuja sentença penal transitou em julgado no ano de 1975. Porém, no ano de 1975 Gilberto conseguiu fugir do Brasil para a Alemanha sem ter cumprido a pena na qual foi condenado. No corrente ano de 2012 Gilberto voltou ao Brasil e no aeroporto foi preso pela polícia por ordem judicial para o cumprimento da pena. Gilberto impetrou *Habeas Corpus* perante a autoridade judiciária competente pleiteando sua liberdade. De acordo com o artigo 5º, XLIV, da Constituição Federal, o *Habeas Corpus* foi

- (A) deferido, sendo Gilberto solto, pois o crime prescreveu no ano de 1985.
- (B) deferido, sendo a soltura de Gilberto condicionada ao pagamento de fiança, sendo vedada sua saída do Brasil.
- (C) deferido, sendo Gilberto solto, pois o crime prescreveu no ano de 1995.
- (D) deferido, sendo Gilberto solto, pois o crime prescreveu no ano de 2000.
- (E) indeferido, pois se trata de crime imprescritível e inafiançável, sendo Gilberto mantido preso.



27. Ataulfo foi nomeado pelo Presidente da República como membro do Conselho Nacional do Ministério Público e, conforme o artigo 130-A da Constituição Federal, sua escolha deve ter sido previamente aprovada
- (A) pelo Presidente da Câmara dos Deputados.
 - (B) pela maioria absoluta do Senado Federal.
 - (C) pela maioria simples da Câmara dos Deputados.
 - (D) por, no mínimo, sete Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) por, no mínimo, nove Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Noções de Teoria Geral do Direito

28. "Na tentativa de descobrir o princípio consagrado pelo legislador, aquele que o investiga deverá seguir uma ordem. Nesta ordem, em último lugar deverá o investigador pesquisar determinado princípio
- (A) no Direito em sua plenitude."
 - (B) no instituto que aborda a matéria."
 - (C) em todo o Direito Positivo."
 - (D) no Direito Público ou no Direito Privado."
 - (E) em vários institutos afins."

-
29. Considere as seguintes assertivas a respeito da analogia:

- I. A analogia não é fonte formal, porque não cria normas jurídicas, apenas conduz o intérprete ao seu encontro.
- II. No processo de integração do Direito a analogia será utilizada em último lugar, aplicando-se primeiramente os Princípios Gerais do Direito e a Equidade.
- III. Para os autores que distinguem a analogia legal da analogia jurídica, a primeira encontra-se em um determinado ato legislativo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) II e III.
 - (E) III.
-
30. No tocante às lacunas, a teoria que defende a inexistência de lacunas, aplicando-se a norma do *tudo o que não está proibido está juridicamente permitido* é a teoria do
- (A) Apriorismo Filosófico.
 - (B) Ecletismo.
 - (C) Realismo Ingênuo.
 - (D) Pragmatismo.
 - (E) Empirismo Científico.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Administração Financeira e Orçamentária**

31. Assinale a alternativa correta que atende ao Princípio Orçamentário da Exclusividade.

- (A) Proibição de conter na Lei Orçamentária Anual dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- (B) Existência de uma única Lei Orçamentária para cada um dos entes federados com a finalidade de se evitar mais de um orçamento dentro da mesma pessoa política.
- (C) Delimitação do período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na Lei Orçamentária irão se referir.
- (D) Na Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- (E) Obrigação de se registrarem receitas e despesas na Lei Orçamentária Anual pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.

32. As diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada serão estabelecidas na Lei

- (A) de Diretrizes Orçamentárias com vigência anual.
- (B) Orçamentária Anual.
- (C) do Plano Plurianual que terá vigência durante o mandato do governante.
- (D) de Orçamento e Investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro.
- (E) do Plano Plurianual com vigência de quatro anos.

33. A Constituição Federal de 1988 estabelece que a Lei Orçamentária Anual compreenderá três tipos de orçamentos:

- (A) Orçamento das receitas e despesas, de Investimento em obras e instalações, em compatibilidade com o Plano Plurianual, e da Previdência Social.
- (B) Orçamento da Administração Direta e Indireta, de Investimento em obras e instalações, em compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e da Previdência Social.
- (C) Orçamento fiscal, de Investimento das Empresas Estatais, e da Seguridade Social.
- (D) Orçamento Corrente e de Capital, Investimento das Empresas Estatais e da Seguridade Social.
- (E) Orçamento de Investimento, de Custeio e Transferências Correntes e de Capital.

34. Nos termos da Constituição Federal, as emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias somente poderão ser aprovadas pelo Poder Legislativo quando

- (A) indicarem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, exceto pessoal.
- (B) forem compatíveis com o Plano Plurianual.
- (C) forem relacionadas com despesas com pessoal ou serviço da dívida.
- (D) tiverem parecer favorável da Comissão que analisa o orçamento.
- (E) autorizadas pelo Poder Executivo.

35. Exceção feita a determinados recebimentos de recursos financeiros, a Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei. Dentre as receitas que NÃO serão consideradas na Lei Orçamentária, conforme Lei Federal nº 4.320/64,

- (A) caução para garantia nas contratações de obras, serviços e compras.
- (B) multas de trânsito recebidas com atraso.
- (C) dívida ativa não tributária.
- (D) bens recebidos em doação classificados no ativo permanente.
- (E) rendimentos de aplicações financeiras de longo prazo.

Atenção: Para responder às questões de números 36 a 38, considere as informações abaixo, quanto à classificação das receitas orçamentárias.

Determinado Ente Público no mês de abril de 2012 arrecadou as seguintes receitas relativas a:

Receitas	Valores
Taxas de Serviços Administrativos	50
Aluguel de imóveis	100
Remuneração de depósitos bancários	150
Amortização de Empréstimos	200
Dívida ativa tributária	300
Alienação de bens imóveis	350
Cobrança de tributos	400

36. O total das receitas correntes e de capital soma, respectivamente,

- (A) 600 e 950
- (B) 700 e 850
- (C) 900 e 650
- (D) 1.000 e 550
- (E) 1.200 e 350



37. O total das receitas tributárias e patrimoniais soma, respectivamente,
- (A) 400 e 50
- (B) 450 e 150
- (C) 450 e 250
- (D) 700 e 250
- (E) 750 e 100

38. O total das receitas arrecadadas referente a Outras Receitas Correntes foi de
- (A) 150
- (B) 300
- (C) 350
- (D) 450
- (E) 500

39. Os créditos especiais e extraordinários poderão ser reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente quando
- (A) tiver autorização na Lei Orçamentária Anual.
- (B) as despesas contratadas se estenderem até o exercício seguinte.
- (C) o ato de autorização tenha sido promulgado nos últimos quatro meses do exercício.
- (D) tenha disponibilidade financeira para pagamento das despesas.
- (E) houver urgência na realização das despesas.

40. Consoante a Lei Federal nº 4.320/64, a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte será demonstrada
- (A) no Balanço Financeiro.
- (B) nas Demonstrações das Variações Patrimoniais.
- (C) no Balanço Orçamentário.
- (D) no Relatório de Gestão Fiscal elaborado ao final de cada exercício financeiro pelo controle interno de cada Poder.
- (E) no Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Financeira elaborado anualmente pelo controle interno de cada Poder.

41. Na elaboração dos demonstrativos contábeis referente ao encerramento do exercício financeiro de 2011 de determinado Ente da Federação apurou-se um resultado patrimonial superavitário no valor de R\$ 1.800. Nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, este resultado será indicado
- (A) no Balanço Patrimonial
- (B) no Balanço Financeiro.
- (C) no Balanço Orçamentário.
- (D) na Demonstração da Arrecadação das Receitas e da Realização das Despesas.
- (E) na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Atenção: Nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, para responder às questões de números 42 a 45, considere as informações abaixo.

Nos Balanços Orçamentário e Patrimonial do exercício de 2011 de determinado Ente público constam as seguintes contas contábeis:

Contas Contábeis	Valores
Débitos de Tesouraria	70
Bens de Natureza Industrial	80
Restos a Pagar	130
Caixa	150
Bens Imóveis	200
Bancos Conta Movimento	250
Dívida Fundada Interna	300
Abertura de Créditos Especiais	350
Despesas Orçamentárias Executadas	1.000
Receitas Orçamentárias Previstas	1.300
Receitas Orçamentárias Executadas	1.900

42. O excesso de arrecadação verificada no exercício de 2011 é de
- (A) 100
- (B) 300
- (C) 600
- (D) 700
- (E) 900
43. O Ativo Financeiro totaliza
- (A) 220
- (B) 250
- (C) 320
- (D) 400
- (E) 470



<p>44. O valor do passivo permanente é de</p> <p>(A) 200</p> <p>(B) 300</p> <p>(C) 370</p> <p>(D) 430</p> <p>(E) 500</p>	<p>48. Uma empresa, em janeiro de 2012, adquire à vista um ativo no valor de R\$ 24 milhões, cuja decisão sobre a sua utilização, pela entidade, será definida após 2017, quando então será elaborado o próximo planejamento de expansão da empresa com vigência para o período 2017-2021. Na ocasião da aquisição deste item, o mesmo deve ser registrado em conta do ativo</p> <p>(A) imobilizado.</p> <p>(B) investimentos.</p> <p>(C) diferido.</p> <p>(D) realizável a longo prazo.</p> <p>(E) intangível.</p>
<p>45. O superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial é de</p> <p>(A) 20</p> <p>(B) 100</p> <p>(C) 180</p> <p>(D) 200</p> <p>(E) 480</p>	<p>49. Para que o índice de liquidez corrente de uma entidade seja igual a dois, será necessário que</p> <p>(A) o patrimônio líquido dessa empresa seja negativo.</p> <p>(B) a soma de seu ativo circulante corresponda a 100% do total passivo total.</p> <p>(C) o valor total do passivo não circulante seja menor do que zero.</p> <p>(D) o total do seu passivo circulante corresponda a 50% do total do ativo circulante.</p> <p>(E) o total dos ativos circulante e não circulante seja superior ao do passivo circulante.</p>
<p style="text-align: center;">Contabilidade Geral</p> <p>46. A legislação societária vigente determina, para as sociedades por ações quando aplicável, a forma de apresentação e o conteúdo das Demonstrações:</p> <p>(A) individuais e consolidadas.</p> <p>(B) intermediárias e segregadas.</p> <p>(C) setoriais e consolidadas.</p> <p>(D) individuais e por segmento.</p> <p>(E) de propósito específico e de resultado abrangente.</p>	<p>50. Os saldos das contas "Peças e Conjuntos de Reposição" e "Ajustes Patrimoniais Financeiros" são evidenciados no balanço Patrimonial, respectivamente, como</p> <p>(A) ativo circulante e intangível.</p> <p>(B) imobilizado e patrimônio líquido.</p> <p>(C) intangível e passivo não circulante.</p> <p>(D) realizável a longo prazo e passivo circulante.</p> <p>(E) diferido e intangível.</p>
<p>47. Com relação à Demonstração dos Fluxos de Caixa, a legislação societária determina que a mesma deva ser apresentada</p> <p>(A) apenas pelas sociedades de capital fechado independentemente do setor de atuação e tamanho do patrimônio líquido.</p> <p>(B) pelas companhias abertas somente quando estas forem obrigadas a apresentar também suas demonstrações consolidadas.</p> <p>(C) somente para as companhias abertas quando estas estiverem constituídas sob a forma de grupos econômicos e possuírem patrimônio líquido e ativo total relevante.</p> <p>(D) para as companhias fechadas com patrimônio líquido, na data do balanço, igual ou superior a dois milhões de reais.</p> <p>(E) por todos os tipos de sociedades, de qualquer tamanho de patrimônio líquido ou ativo, independentemente de serem companhias abertas ou fechadas.</p>	<p>51. O pagamento de uma dívida caracteriza-se como um fato contábil</p> <p>(A) aumentativo.</p> <p>(B) substantivo.</p> <p>(C) permutativo.</p> <p>(D) misto.</p> <p>(E) diminutivo.</p> <p>52. De acordo com a legislação societária o registro das mutações patrimoniais deve ser feito de acordo com</p> <p>(A) o custo de oportunidade.</p> <p>(B) regime de caixa.</p> <p>(C) custo de aquisição.</p> <p>(D) valor justo.</p> <p>(E) regime de competência.</p>



<p>53. Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade são classificados como</p> <p>(A) intangíveis.</p> <p>(B) diferidos.</p> <p>(C) imobilizados.</p> <p>(D) circulante.</p> <p>(E) realizável a longo prazo.</p>	<p>57. De acordo com a Instrução Normativa SFC/MF nº 01/2001, quando se configurar omissão no dever de prestar contas, a não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens e valores públicos, ou ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, será instaurado processo administrativo de</p> <p>(A) Auditoria Especial.</p> <p>(B) Prestação de Contas Especial.</p> <p>(C) Tomada de Contas Especial.</p> <p>(D) Diligência e Inspeção.</p> <p>(E) Intimação e Requisição de Documentos.</p>
<p>54. Os itens evidenciados na Demonstração de Resultado de Exercício são:</p> <p>(A) a reserva legal e as participações de debêntures.</p> <p>(B) o lucro líquido do exercício e as retenções de reservas de capital.</p> <p>(C) as retenções dos lucros e as participações dos empregados nos lucros.</p> <p>(D) o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.</p> <p>(E) a reserva de incentivos fiscais e as receitas realizadas e as despesas incorridas no período.</p>	<p>58. Constitui objeto de exame realizado pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, nos órgãos da Administração Direta, entidades da Administração Indireta Federal e entidades privadas a</p> <p>(A) aplicação dos recursos do Tesouro Nacional transferidos a entidades públicas ou privadas.</p> <p>(B) análise das contas prestadas anualmente por responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.</p> <p>(C) análise das contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.</p> <p>(D) a apreciação das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal.</p> <p>(E) análise da documentação e dos demonstrativos contábeis das entidades públicas ou privadas responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.</p>
<p>55. O valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza está evidenciado na demonstração</p> <p>(A) das mutações do patrimônio líquido.</p> <p>(B) do resultado abrangente.</p> <p>(C) do resultado do exercício.</p> <p>(D) do valor adicionado.</p> <p>(E) dos fluxos de caixa.</p>	<p>59. As atividades a cargo do Sistema de Controle Interno são exercidas mediante a utilização de técnicas próprias de trabalho. Consoante a Instrução Normativa SFC/MF nº 01/2001, as técnicas de controle são:</p> <p>(A) Auditoria e Inspeção.</p> <p>(B) Inspeção e Fiscalização.</p> <p>(C) Auditoria, Acompanhamento e Monitoramento.</p> <p>(D) Auditoria e Fiscalização.</p> <p>(E) Auditoria de Gestão de Recursos e Avaliação dos Programas de Governo.</p>
<p style="text-align: center;">Técnicas de Controle</p> <p>56. O objetivo geral dos controles internos administrativos é evitar a ocorrência de impropriedades e irregularidades, por meio dos princípios e instrumentos próprios. Em relação aos objetivos específicos a serem atingidos, NÃO representa um destes objetivos:</p> <p>(A) Salvar os ativos financeiros e físicos quanto à sua boa e regular utilização e assegurar a legitimidade do passivo.</p> <p>(B) Observar as normas legais, instruções normativas, estatutos e regimentos.</p> <p>(C) Evitar o cometimento de erros, desperdícios, abusos, práticas antieconômicas e fraudes.</p> <p>(D) Assegurar a aderência das atividades às diretrizes, planos, normas e procedimentos da unidade/entidade.</p> <p>(E) Definir o controle como um instrumento de correção dos atos de gestão do administrador público.</p>	<p>60. A opinião do Órgão ou Unidade de Controle Interno do Poder Executivo Federal, de acordo com a Instrução Normativa SFC/MF nº 01/2001, deve ser expressa por meio de Relatório,</p> <p>(A) Parecer, Certificado ou Nota.</p> <p>(B) Parecer, Decisão ou Despacho.</p> <p>(C) Parecer, Certificado ou Acórdão.</p> <p>(D) Decisão, Certificado ou Notificação.</p> <p>(E) Certidão, Intimação ou Comunicado.</p>